



# Poder Popular



SÓ NA LUTA SE PODEM DEFENDER AS CONQUISTAS QUE NA LUTA FORAM ALCANÇADAS!

## DUAS GRANDES JORNADAS DE MOBILIZAÇÃO POPULAR!

**25 DE ABRIL 1º DE MAIO**

Uma semana de celebrações assinalou a passagem dos quatro anos sobre a jornada libertadora do 25 de Abril. De Norte a Sul, do continente às Ilhas, o significado popular da data esteve presente nos milhares de pequenas e grandes manifestações evocativas, na sua maior parte possíveis a partir de esforços desenvolvidos por organismos populares e de trabalhadores e por organizações políticas de esquerda. E até as realizações oficiais, que este ano tiveram um cunho predominantemente civil, se deixaram penetrar pelo sentido popular da evocação, manifesto nos muitos trabalhadores que se encontraram nas ruas e praças para reviver a queda do fascismo e cantar o "Grândola" ao som da música de qualquer banda de bairro.

CENTRAIS



Centenas de milhar de trabalhadores desceram à rua nesta grandiosa jornada do 1º Maio, com a mesma combatividade com que desfilaram nas manifestações de 22 de Junho e 19 de Novembro de 1977.

Mas não foi ainda a Jornada Nacional de Luta, como eles procuram convencer os reformistas, procurando desta forma calar a boca a todos aqueles que, no seio da CGTP-IN, por tal se têm batido.

CENTRAIS

REPORTAGEM:

### NO SAHARA COM A 'POLISARIO'

Desde 1973 que o Povo Saharaoui luta contra um plano do imperialismo realizado com o apoio dos seus aliados locais, os regimes de Marrocos e Mauritânia, aos quais o imperialismo vem por sua vez dando apoio político e militar.

Para entender as razões profundas do conflito há que ter presente que o Sahara além de ser potencialmente um país muito rico tem uma importância estratégica fundamental, representando uma peça fulcral no equilíbrio de forças daquela região.

Assim, esta região permite controlar as rotas dos

grandes petroleiros, entre a Europa e a África, além de estar numa zona de implantação de bases militares imperialistas, as quais são pontos vitais em relação ao continente africano.

A esta importância estratégica do território do Sahara Ocidental há que acrescentar que é um país que possui enormes riquezas naturais.

Do conjunto das riquezas naturais os fosfatos são no entanto a principal. Mineral de grande importância na produção agrícola, tem a vantagem de a exploração ser muito fácil, dado que a sua extração se faz a céu

aberto, e os jazigos se encontram a apenas 100 km do mar.

Tendo em conta que Marrocos é o primeiro exportador mundial, conclui-se que ficando com as reservas do Sahara teria, praticamente, o monopólio sobre o mercado mundial, o que equivaleria a controlar uma parte importante do mercado alimentar mundial.

#### A SITUAÇÃO MILITAR

O balanço geral destes três anos de luta é amplamente positivo.

No plano militar o Exército de Libertação Saha-

raoui, tem conseguido fazer grandes avanços.

O exército de libertação Popular, fortemente estruturado e bem equilibrado (em grande parte à custa do material recuperado ao inimigo), encontra-se organizado em unidades pequenas e dispersas, as quais se juntam quando se preparam acções militares de maior envergadura voltando-se em seguida a separar.

As unidades são constituídas por 100 a 150 homens havendo em todas elas um responsável militar e um responsável político. Não existe hierarquia militar.

continua pág. 8



Bonecos representativos do fascismo foram queimados durante as comemorações populares do 25 de Abril no Porto

**um ano de luta sindical**

NAS CENTRAIS





## CONFUSÃO DE VINTE-CINCOS?

Eanes discursou em 25 de Abril. Homem que nada tem a ver com aquela data, mas tão só com o 25 de Novembro, não admira o seu discurso.

Eanes não atacou o 25 de Abril, mas "apenas" todo o processo revolucionário que se lhe seguiu.

De modo que se pôde concluir do seu discurso que 25 de Abril, sim, mas só de 25 de Novembro em diante...

Não admira que o Presidente diga estas coisas. Eanes é, até, coerente.

Só que perante tal discurso não terá faltado quem se tenha interrogado sobre se o Presidente não se teria enganado quanto à data que se comemorava. Não terá havido confusão de vinte e cinco?

## DIVISIONISMO UNITÁRIO

Com a presença de Soares, Zenha, Gonelha, etc, o PS levou a efeito no Alvito uma comemoração partidária do 1º de Maio.

Os promotores afirmavam pretender constituir "uma alternativa democrática, válida às comemorações organizadas pela Inter".

Não deixaram também de criticar a "unicidade imposta por lei". E lá foram dizendo que "os Trabalhadores saberão construir a estrutura ou estruturas que considerem necessárias ao desenvolvimento em Democracia e Liberdade do Movimento Sindical Português".

Como não podia deixar de ser rejeitaram a qualificação de divisionistas.

Bem sabemos quais os seus intentos. A sua acção tem sido muito clara. Se não têm conseguido dividir o Movimento Sindical, tal deve-se apenas à firmeza dos trabalhadores.

Acrescente-se ainda uma interrogação: a presença no Alvito dos principais dirigentes do PS, incluindo o 1º Ministro significará o desejo de estes senhores se afastarem "democraticamente" das centenas de milhares de trabalhadores que por todo o país acorreram às comemorações da Intersindical?

## LUTA ESTUDANTIL

I CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O ENSINO DA ECONOMIA, CONTABILIDADE E CIÊNCIAS SOCIAIS

Realiza-se nos próximos dias 3 e 4 de Junho, em Lisboa, a I Conferência sobre o ensino da Economia, estando-se neste momento numa fase de discussão nas escolas no sentido da preparação ampla desta importante realização.

Dois objectivos estão na base desta conferência. Em primeiro lugar, a necessidade, sentida de há muito mas nunca concretizada, de caminhar na uniformização dos métodos e conteúdos de ensino e da organização das escolas; em segundo lugar, preparar propostas alternativas à reestruturação que o MEC prepara no "segredo dos deuses" de forma a preservar as conquistas alcançadas nas escolas.

VITÓRIA DOS REVOLUCIONÁRIOS NAS ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO DOS PROFESSORES DE LEITURA

Nas eleições para o executivo, no Distrito de Leiria, respeitante ao sector secundário, a lista de unidade revolucionária apoiada pelo MES venceu a outra lista concorrente, afecta ao PCP, por grande margem de votos.

## EM DESTAQUE

# fascistas ditam leis

Num país que se afirma democrático, homens e mentalidades fascistas continuam a decidir em matéria de direito nos nossos tribunais, negando quotidianamente a Constituição da República portuguesa.

Nesta última semana mais dois casos escandalosos se vêm juntar a tantos outros: por um lado foi a decisão do juiz do 5º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa que pôs em liberdade os 5 agressores de Almeida Santos - elementos arruaceiros do bando separatista da FLA - que tinham sido detidos pela PJ; por outro temos a condenação proferida pelo 3º Tribunal Militar Territorial de Lisboa contra Andrade e Silva, capitão de Abril, pelo suposto crime de "ofensas corporais voluntárias" ao marginal fascista do bando "Diabo

à Solta", tendo de cumprir mais 8 meses de prisão caso o Supremo venha a confirmar tal sentença.

Um e outro caso resultado de provocações separatistas que continuam impunemente a actuar sob a protecção dos senhores do PSD nos governos regionais dos Açores e Madeira.

A primeira decisão a contrastar vergenhosamente com o tratamento dado a Rui Gomes (que esteve meses e meses preso a aguardar julgamento) a segunda com o tratamento benévolo dado aos pides e serventários do fascismo.

Ambos os casos a demonstrarem como é falsa a "neutralidade política" do poder judicial e a exigirem das forças políticas progressistas uma grande campanha de denúncia e protesto.

# uma quinzena de «terrorismo verbal»?

Partidos de direita e personalidades militares foram, na quinzena que passou, pródigos em discursos tomadas de posição, entrevistas... a passagem do aniversário do "25 de Abril" fez correr muita tinta nas "altas esferas" da política nacional.

semobcar na intervenção de Eanes na Assembleia onde, à laia de compensação fez um discurso para agradar à direita. Pelo meio tivemos uma longa entrevista de Sousa Franco ao Notícias sob o título - "O PSD está a ser colonizado pela extrema-direita"



À divulgação do significativo comunicado do Conselho da Revolução seguiram-se reacções em série que foram, enfim, de

e uma outra de Sousa e Castro do CR denunciando a existência de "muitos políticos neo-fascistas em Portugal"...

A actual política do CDS de se fazer aparecer com uma fisionomia "democrática", como força de governo, é reafirmada por Freitas do Amaral ao fazer-se defensor do comunicado do CR, não temendo entrar em contradição pública com elementos da base de apoio do seu partido bem mais fascista e fascizante do que centrista ou "europeia".

Para além do "terrorismo verbal" cabe perguntar: o que se passa com a direita? Qual o papel de Sá Carneiro, que "transformações" se operam no PSD e no CDS? Se uns e outros representam a exploração do nosso povo e a venda das nossas riquezas ao imperialismo não deixam de ser perguntas às quais os trabalhadores e as forças revolucionárias têm de saber responder para uma definição dum táctica clara para a actual fase de Resistência Popular.

A primeira lição a tirar de tudo isto é que o golpe reaccionário do "25 de Novembro" não resolveu por completo os problemas da burguesia portuguesa, que a crise política se mantém, e que a burguesia não consegue encontrar um projec-

to unificador, aparecendo dividida entre várias expressões e tácticas políticas.

Sá Carneiro representa hoje os ataques de direita a Eanes e a revisão constitucional antecipada! O PSD não gostou do comunicado do CR, evidentemente! Cabe às forças progressistas defender as conquistas populares consagradas na Constituição e denunciar o papel desempenhado por Sá Carneiro. Mas seria um grande erro político centrar exclusivamente as forças num combate "ideologista" ao Carneirismo esquecendo que o CDS é hoje governo no nosso país, que é através do governo PS/CDS que a recuperação económica burguesa se constrói, que a repressão e opressão dos trabalhadores se levam a cabo, que o imperialismo entra.

É que alguma gente que se afirma de esquerda criticando asperamente o Carneirismo como "destabilizador", acaba por passar uma esponja sobre o que é hoje a "estabilidade" pública e esquecer que o CDS não é só um dos maiores inimigos do povo trabalhador como é um inimigo no Poder!

# quem quer a unidade?

Os companheiros da "COMUNA", um dos melhores grupos de teatro de intervenção em Portugal, acabam de ser vítimas de mais uma manobra repressiva e discriminatória. Só que desta vez não foram as gentes do CDS mas sim certos dirigentes da CGTP-IN...

Como se passaram as coisas? Do conjunto de iniciativas levadas a cabo pela Inter no âmbito das comemorações do "1º de Maio" fazia parte uma sessão cultural com a participação de vários cantores populares, grupos de teatro, etc... A Comuna estava já anunciada para actuar só que... uns dias antes recebem a informação de que "por ordens superiores" (sic!!!) só poderiam entrar em palco se o José Mário Branco (destacado elemento do grupo) não actuasse. Para além da tacanhez intelectual que uma tal medida de discriminação selectiva representa, o que fica é a sua natureza pro-

fundamente anti-democrática.

Muito correctamente a "COMUNA", reafirmando politicamente o seu apoio à central sindical dos trabalhadores portugueses, recusou-se a intervir afirmando o empenhamento colectivo do seu trabalho.

Mas de quem, donde vieram essas "ordens superiores"?

Não será difícil de responder se tivermos em atenção que esta medida se segue a um comunicado da direcção do PCP denegando o trabalho da FAPIR (de que a Comuna faz parte).

O PCP na sua histeria "anti-esquerdista" não escolhe meios e acaba, através dos seus processos ultra-sectários e anti-democráticos e da utilização do aparelho sindical como mera correia de transmissão partidária, por fornecer argumentos às forças da direita e da cisão sindical. Quem quer de facto a unidade? Quem faz o jogo da reacção?



# EDITORIAL

## UNIDADE E

### DEMOCRACIA:

# A Força do Movimento Sindical

A jornada do 1º de Maio deste ano permitiu uma vez mais afirmar a força mobilizadora do movimento sindical organizado na CGTP-IN, e tomar visível a legitimidade da central única para expressar as reivindicações básicas assumidas pelo conjunto da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Nas intervenções que dirigentes da Central fizeram nos diversos comícios realizados em todo o país, as referências à luta contra a cisão ocuparam lugar destacado. E a palavra de ordem "Sindicatos paralelos, sindicatos amarelos" traduziu a experiência que, embora ainda limitada, os trabalhadores já vão fazendo da acção dos promotores de estruturas paralelas e do apoio que recebeu do patronato.

O que não foi, no entanto, suficientemente acentuado foi a necessidade de a luta contra a cisão ser conduzida também dentro da central única e dos sindicatos filiados revitalizando o debate interno e consagrando-a como organização em que a democracia interna sirva a eficácia da sua acção. Trata-se de consagrar a central como única referência democrática no movimento sindical.

A história do movimento operário é fértil em exemplos de degenerescência da função dirigente nos sindicatos e no movimento sindical, responsável pelo desaparecimento da democracia e do debate internos. A presente fase do movimento sindical português, ainda com uma curta história fomece-nos já entretanto elementos para podermos combater vícios na nova geração de activistas sindicais, um dos quais é o receio de pôr em causa e ajustar permanentemente objectivos e formas de luta e de organização para a conduzir. Vícios esses que se traduzem muitas vezes na desconfiança face às amplas assembleias e ao debate - e que conduzem a concentrar o tra-

balho em direcções e secretariados - e, face à reestruturação dos sindicatos nos diversos sectores.

Cada vez mais a reconversão capitalista em curso porá problemas que serão novos para o movimento sindical e que exigem respostas novas. Limitada já, pela legislação do parlamento, a livre utilização desses instrumentos fundamentais que são os contratos colectivos, uma nova ofensiva patronal se define no ataque aos leques salariais e na alteração dos contratos pela via da regulamentação interna das empresas. Tenta-se agravar as diferenças entre categorias e no seio da mesma categoria, estabelecer prémios, impôr critérios que os trabalhadores não controlam. Acontece na Siderurgia, na Plessey, na Luselite, na Petrogal. A aplicação das receitas do FMI levará, por outro lado, ao aumento do desemprego e criará condições para que, em muitas empresas e sectores, os salários sejam bloqueados para a maioria dos trabalhadores.

Estarão assim, criadas situações que impõem uma grande flexibilidade e um grande esforço de mobilização do movimento sindical: - a eficácia da resistência a erguer estará na dinâmica que for possível criar nos locais de trabalho, mais do que na habilidade com que os dirigentes cumprirem seu papel oficial de "parceiros sociais". É assim que a esperança de luta dos trabalhadores portugueses está na vitalidade própria do movimento sindical, no funcionamento das suas estruturas e no debate interno. Isto é, nos congressos sectoriais, nos encontros de CT's, nas assembleias sindicais e de empresa, em todos os locais onde os trabalhadores analisem as situações, definam as formas de acção e lhes dêem a força da sua mobilização.



Ponte de Sor, 6/4/78  
Camaradas:

Apraz-nos verificar que o P.P. tem melhorado substancialmente de há uns tempos para cá. Todavia queremos aproveitar esta oportunidade para fazermos algumas sugestões. O P.P. ainda não é o jornal que o Partido precisa, nem tão pouco um jornal para as massas. Cremos que para além da progressiva melhoria gráfica e do aumento do número de páginas e da passagem a semanário há que definir concretamente a quem se destina o jornal e, posto isto, fazê-lo conforme a escolha.

Como alguém dizia, o jornal é o lugar de transição entre a teoria "pura" e o apelo à acção. Cada artigo converte a teoria em palavras de ordem e consignas exactas. Ou seja cada notícia ou artigo para além de informar deve extrair uma lição e apontar um caminho. Só assim teremos um jornal que seja um organizador útil para o Partido e para as massas.

Por outro lado o P.P. tem de reflectir constantemente os anseios das massas trabalhadoras, de conhecer a fundo e observar atentamente as condições de vida dos trabalhadores no campo, na fábrica, na empresa, etc. Isto é: tem de ser um jornal mergulhado nas massas, vivo e actuante. Para tal é necessário que se estimule a correspondência dos militantes do Partido para o seu jornal e dos trabalhadores em geral relatando experiências, dificuldades ou críticas.

As notícias do MES não podem ser meia dúzia de linhas no canto de uma página. Têm

EM FRENTE COM O "PODER POPULAR"

Comité Local da Ponte de Sor.

MES Notícias do MES Notícias do MES Notícias do MES

REUNIAO ALARGADA DO C.L. DO TRAMAGAL

No âmbito do reforço do trabalho partidário e de massas que se vem desenvolvendo, desde o III Congresso, na região do Ribatejo vai realizar-se no próximo sábado (6 de Maio) uma reunião do Comité Local do Tramagal alargada a simpatizantes.

A situação política actual ao nível nacional e regional (em particular destaca-se para o processo da Metalurgia Duarte Ferreira), as tarefas do MES e dos revolucionários, serão os principais pontos em discussão.

SAIU O UNIR Nº 7

Está já à distribuição nos locais de trabalho e junto dos simpatizantes do partido o nº 7 do jornal do Comité Local das Caldas da Rainha - "UNIR".

Neste número, especialmente dedicado ao "25 de Abril", destacamos ainda um artigo sobre sindicatos e um comunicado do sector estudantil do respectivo Comité Local.

PORTO - EM FUNCIONAMENTO A LIVRARIA DO PARTIDO

Está já em pleno funcionamento, na nossa sede da Organização Regional do Porto, a livraria do partido - "Poder Popular".

Para além da divulgação da imprensa e propaganda do MES, a livraria é igualmente um centro de animação cultural tendo já programadas diversas sessões de cinema, "slides, exposições...

No próximo sábado (dia 6), pelas 21 horas, irá realizar-se uma sessão internacionalista com a projecção de 2 filmes sobre a lu-

ta de libertação na Guiné-Bissau e Moçambique, seguido de debate.

REUNIAO DE RESPONSÁVEIS DO PARTIDO DA REGIAO NORTE

No próximo dia 6 realiza-se na sede da Organização Regional do Porto uma reunião de responsáveis do Partido de toda a região do Norte do país que visa fundamentalmente a preparação do Encontro de Trabalhadores do Norte e a análise da situação política e das tarefas de organização na região.

COMICIO PARTIDARIO EM TOMAR

Realiza-se no próximo dia 12 de Maio um comício do MES em Tomar. Com a presença dos camaradas Nuno Teotónio Pereira e

Rogério de Jesus e camaradas do Comité Local, o comício abordará a situação política actual, ao nível nacional e regional, a resposta do MES e das forças revolucionárias.

Todos os camaradas militantes, filiados e amigos do partido devem estar presentes no próximo dia 12, pelas 21 horas, no salão dos Bombeiros em Tomar.

JÁ EM DISTRIBUIÇÃO "A LUTA CONTINUA" - 18

Também "A Luta Continua", folha do MES para o Alto Alentejo, saiu com um nº dedicado especialmente ao 25 de Abril. Neste nº 18 ainda artigos sobre Nisa, Monforte, Sto. António das Areias, Ponte de Sor e sobre a posição dos revolucionários no que diz respeito à fusão dos sindicatos dos Corticeiros do Centro e Sul do país.

ASSINATURA

# Poder Popular

Administração - Redacção  
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa  
Telefone 66 26 29

Impressão  
Renascença Gráfica S.A.R.L.  
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00  12 meses 130\$00   
apoio 250\$00   
estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_

ENVIO CHEQUE N.º \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_  
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º \_\_\_\_\_



# SÓ NA LUTA SE PODEM DEFENDER AS CONQUISTAS QUE NA LUTA FORAM ALCANÇADAS!



## 25 de Abril

### AS COMEMORAÇÕES DO PODER

Do lado oficial, a comissão organizadora preocupou-se em integrar no seu programa cultural um máximo de iniciativas e de grupos e em organizar as comemorações numa perspectiva de consenso difusamente anti-fascista, que também ficou expressa em declarações de personalidades como Sousa e Castro, responsável oficial pelas celebrações. O 25 de Abril deste ano foi, de resto ocasião para muitas profissões de fé anti-fascistas, sem dúvida sinceras, mas por vezes vindas de homens que, em passado não muito distante, recolheram fortes aplausos da direita e não souberam ou não quiseram distanciar-se deles. Assim, as intervenções de Vasco Lourenço e outros no jantar que reuniu quase um milhar de militares no pavilhão da Académia da Amadora. Assim, o discurso de Manuel Alegre na Assembleia da

República, análogo a outros discursos que membros do PS fizeram em realizações locais. A este súbito desabrochar de sentimento anti-fascista, se referiria de certo Lopes Cardoso, ao afirmar no comício conjunto PCP-UEDS, realizado no Parque Eduardo VII em Lisboa, que "o governo e o PS parecem só ter descoberto o fascismo quando ele lhes entra violentamente pela porta".

O discurso anti-fascista de Manuel Alegre foi aplaudido pelos deputados do CDS, o que não é de admirar desde que ouvimos Freitas do Amaral defender "as Conquistas da Revolução de Abril".

Assim, o aparente consenso que levou todos os partidos burgueses a saudar o 25 de Abril serve apenas para mostrar como se pode defender abstractamente as "conquistas de Abril" e ser ao mesmo tempo executor



## 1º de Maio

Para ser uma Jornada Nacional de Luta faltaram-lhe os objectivos políticos que, partindo das condições de exploração e opressão com que se defrontam hoje no seu dia-a-dia as massas populares e assentando numa ampla mobilização com raízes nos locais de trabalho, apontassem os caminhos de organização da resistência popular.

As lições que os revolucionários tiram dos últimos meses de luta sindical não os deixam embalar nos entusiasmos do estádio 1º Maio apinhado nem no fiasco da "pic-nicada" do Alvito.

Por detrás desta estão as forças cisionistas que com o apoio do governo e do imperialismo procuram dividir o movimento sindical e torná-lo, pelo menos em parte, em dócil laçao do patronato. As intervenções dos representantes desta corrente "democrática", com os seus apelos à compreensão/aceitação das medidas de austeridade e à calma e serenidade perante elas, são sintomas significativos.

E quanto à primeira, a hegemonia reformista sobre o movimento sindical ensinou-nos já a que caminhos conduz o entusiasmo e a combatividade das massas populares: à transferência das lutas para os debates parlamentares, ao seu isolamento e derrota.

## AS COMEMORAÇÕES POPULARES

Paralelas às realizações oficiais, as iniciativas de órgãos populares e de organizações de esquerda mobilizaram em todo o país muitos milhares de trabalhadores e de democratas. Foi sobretudo nestas realizações que o sentido popular do 25 de Abril libertador encontrou expressão, já que, conforme se podia ler num comunicado do Comité Local do MES das Caldas da Rainha, "a burguesia procura comemorar uma data que pretende esvaziada do profundo sentido de luta e determinação de que ainda se encontra cheia".

Assim, em Lisboa, uma comissão integrada por sindicalistas, ex-militares e militantes com e sem partido promoveu, na noite de 24, uma manifestação seguida de concentração na Alameda. Abreindo com uma longa bandeira nacional transportada por muitos anti-fascistas, entre os quais capitães de Abril, a manifestação reuniu alguns milhares de participantes que gritaram palavras de ordem como "Militares de Abril sim, militares fascistas, não!", "Os preços a aumentar, o povo não vai vergar!" e "O 25 de Abril está vi-

Na concentração final falou Luis Moita, da comissão organizadora, e actuaram diversos grupos teatrais e de canto, entre os quais o GAC, "A Barraca" e o coro da FRETILIN.

Na tarde do dia 25, enquanto prosseguiram as realizações culturais oficiais e se realizava um convívio e comício promovidos pelo PCP e UEDS no Parque Eduardo VII, teve lugar na

Alameda um encontro cultural que reuniria alguns milhares de militantes sob a divisa "O 25 de Abril está vivo!". Contando com a adesão e a presença significativa de militares de Abril afastados no 25 de Novembro, esta concentração acabaria por registar a ausência de outros que, como Oteio, não quiseram sair à rua no dia em que se celebrava a sua acção decisiva no derrube do fascismo.

**CASCAIS e VILA FRANCA**

Para comemorar o 25 de Abril, três associações culturais populares - o Centro Cultural de Cascais, a Sociedade de Instrução Familiar da Torre e a Associação de Cultura e Instrução do Cobre - constituíram uma comissão que levou a cabo um conjunto de sessões, debates e manifestações culturais e desportivas.

Entre as realizações, que se prolongaram até ao 1º de Maio, contaram-se sessões de carácter inter-nacionalista - sobre a América Latina, a Frente Politécnica, Timor-Leste e a descolonização -, uma exposição fotográfica e encontros culturais com a participação de diversos grupos de teatro e canto, entre os quais o Coro da Fretilin, o G.A.T.O., os Clave e o Coro Alentejano do Cobre.

No manifesto lançado a propósito destas comemorações populares, aquelas associações culturais afirmavam: "Neste ano de 1978, o 25 de Abril é não só uma comemoração indispensável de homenagem aos capitães de Abril, mas também uma jornada de Unidade e Luta contra os inimigos da democracia, da liberdade, da independência nacional e do Socialismo".

Também em Vila Franca se constituiu uma comissão unitária com elementos com e sem partido, que levaram a cabo um programa de realizações ao longo do dia 23, culminando com um comício no qual estiveram presentes militares de 25 de Abril e Luis Moita.

**FARO: abril aqui e agora**

Em Faro, uma comissão integrada por membros de vários organismos populares e de trabalhadores, como o Sindicato da Construção Civil, a Associação de Moradores Bons Camaradas, o Cine-Clube local e a Casa da Cultura da Juventude, promoveu celebrações ao longo do dia 24, que encerraram com um comício no Teatro Lethes. Neste comício, para além de intervenções de elementos da comissão promotora, foi lida uma mensagem do Governador Civil do distrito, Almeida Carrapato, em

que se afirmava: "O dia 25 de Abril foi efectivamente dos militares, mas o clima social, de revolucionarismo latente foi construído pelas massas populares". E após algumas considerações sobre a data comemorada, a mensagem do Governador Civil fazia referência à libertação recente dos pides e bombistas e às campanhas da imprensa reaccionária contra a Constituição para concluir, apelando a uma vigilância que faça frente "a qualquer refluxo que faça secar os cravos vermelhos de Abril".

**MOSCAVIDE: comício e mobilização**

"O 25 de Abril deve ser comemorado pelos revolucionários de forma que seja ao mesmo tempo jornada de convívio fraternal entre aqueles que comungavam o aqueles que comungam do mesmo ideal: o Socialismo, e momento de mobilização para a luta, através da reflexão do que se fez e do muito que há para fazer". Assim começava o Manifesto divulgado pela comissão unitária para as comemorações populares do 25 de Abril em Moscavide, formada a partir do esforço de camaradas trabalhadores

da zona, alguns deles delegados e dirigentes sindicais - entre os quais membros do Secretariado local do Sindicato dos Têxteis do Sul -, e membros de Comissões de Trabalhadores e de Moradores.

Repartido pelos dias 23, 26 e 29 de Abril, o programa de celebrações incluiu uma manhã infantil no jardim de Moscavide, com pinturas, venda de brinquedos e outras actividades para crianças, e sessões de debate sobre "A juventude e o 25 de Abril", "A mulher, a criança e o 25

de Abril", e o "Movimento sindical e a luta dos trabalhadores". Todas estas sessões foram acompanhadas de filmes, tendo a última registado a presença de um dirigente sindical dos Têxteis do Sul. Particularmente significativa e vibrante foi a sessão evocativa do 25 de Abril, realizada no Clube Familiar onde uma sala completamente cheia debateu longamente com Luis Moita e alguns capitães de Abril, o sentido daquela histórica data e as perspectivas de futuro para a luta dos trabalhadores.

**PORTO: a marcha da liberdade**

Na cidade do Porto, uma Comissão de anti-fascistas integrando, entre outros, Alberto Martins, Jacinto Rodrigues, Américo Ribeiro e Brochado Coelho, promoveu na noite de 24 de Abril uma jornada de Unidade - a "Marcha da Liberdade" - a quem deram a sua adesão diversas Associações de Moradores e Populares.

Concentrados na Praça da Liberdade, onde decor-

riam os festejos oficiais, alguns milhares de trabalhadores e democratas integraram-se no Cortejo de Romagem à antiga sede da PIDE e apesar da chuva. Cantando o "Grândola" e gritando palavras de ordem como "25 de Abril sim, fascismo nunca mais", "Pides, fascistas, separatistas p'rá prisão", etc., o cortejo percorreu o trajecto até ao Largo Soares dos Reis e aí, junto à sede da Pide, usaram da

palavra, pela Comissão Promotora, Brochado Coelho, um elemento da ADFA e Alberto Martins que homenagearam as vítimas do fascismo. De regresso à Praça da Liberdade, o cortejo subiu a Avenida dos Aliados e frente ao Município, às 0 horas do dia 25 procedeu à queima de três gigantes simbolizando o fascismo.

Uma nota divisionista que, no entanto, não pôde

ensombrar esta jornada de unidade e luta: comunicados do PCP caluniando esta realização foram distribuídos na noite de 24, em plena Av. dos Aliados. Mas o espírito de unidade foi, de longe, mais forte e milhares de democratas uniram-se na homenagem à Resistência anti-fascista e na reafirmação da sua vontade de prosseguir o caminho de Abril. Esta foi a resposta mais eloquente à lamentável atitude do PCP.

## UM ANO DE LUTA SINDICAL

### 1

Uma primeira conclusão a retirar das lutas e movimentações de todo o ano de 1977 e dos primeiros meses de 1978 é a de que, no campo das reivindicações de carácter económico os trabalhadores portugueses têm mostrado uma enorme capacidade de mobilização apesar dos efeitos da consolidação do regime de democracia burguesa limitada.

No entanto, são hoje visíveis os efeitos da orientação reformista dominante no movimento sindical. A recusa sistemática da unificação das lutas e da adopção de formas superiores de luta, bem como a separação da luta económica da luta política, instrumento fundamental para a submissão do movimento sindical aos objectivos político-partidários do reformismo revisionista tem dado às movimentações dos trabalhadores portugueses um carácter de forte protesto contra as medidas anti-populares, mas de insuficiente eficácia.

ção do movimento sindical e, sobretudo, que esta bandeira de luta dos revolucionários no seio da CGTP-IN se torna uma necessidade objectiva e inadiável, mesmo para aqueles que sempre a entravaram.

Apesar do reforço da CGTP-IN as manobras cisionistas recrudesceram. O apoio do imperialismo e do Governo aumentou e hoje vários são os centros divisionistas da - "Carta Aberta" à "CDT" e, sobretudo, mais claros são os objectivos das forças cisionistas: construir no mais curto prazo, mas sempre em defesa do emprego, dos aumentos salariais e das conquistas em condições de trabalho e organização, e contra a orientação no seio da CGTP-IN para fazer vingar uma perspectiva de luta e mobilização assente nos locais onde a força dos trabalhadores se encontra - os locais de trabalho, e não os corredores dos Ministérios.

As medidas mais recentes do governo PS/CDS só podem merecer do movimento sindical um reforço da luta e da organização e não uma qualquer ilusão de vitória por aparentemente algumas reivindicações terem sido satisfeitas.

Hoje mais do que nunca se torna imperioso ao movimento sindical avançar na via da unidade, organização e luta. Sem uma unificação nacional das lutas não será conquistado na prática o direito à negociação colectiva, não serão conquistados aumentos salariais nem revistos os CCT's, não serão obtidas garantias contra os despedimentos. Só um processo de unificação das lutas a nível nacional que não se esgota numa só jornada pode responder eficazmente ao Pacto Social que o Governo PS/CDS quer impor.



da unidade e organização sindical dos trabalhadores portugueses.

Por tudo isto a batalha contra a cisão só será ganha nos locais de trabalho, com a implantação da vida sindical nas empresas, com uma CGTP-IN reestruturada e um sindicalismo democrático e de classe firme na defesa intransigente das conquistas, direitos e interesses dos trabalhadores portugueses.

**3**

Hoje como há cerca de um ano a questão da jornada de luta polariza as várias correntes político-sindicais no seio da CGTP-IN. Quando em 16 de Julho dirigentes sindicais da corrente sindical revolucionária propuseram pela primeira vez num plenário da CGTP-IN a realização duma Jornada Nacional de Luta de carácter económico e político contra a ofensiva burguesa, reconhecendo o significativo apoio de 26

### 2

Mas foi sem dúvida, e é, a luta contra o Pacto Social de miséria e desemprego o aspecto central da luta sindical nesta fase que atravessamos. O decreto dos 15% de miséria (49-

indícios representando mais de 300.000 trabalhadores, era lançada a mais "quente" questão sindical - exactamente a das formas de luta a adoptar.

A partir daí, em palavras, os reformistas foram-se aproximando das posições revolucionárias - em 8 de Outubro e em 4 de Fevereiro foram aprovadas resoluções em plenários da CGTP-IN que consagravam a necessidade de uma resposta unida nacional e de luta dos trabalhadores portugueses à recuperação capitalista. Mas essas resoluções foram sempre transformadas em pólvora seca - o CDS entrou para o governo, aumentos escandalosos de preços foram decretados, inúmeras medidas anti-populares foram postas em marcha, a direita avançou, mas nunca uma Jornada Nacional de Luta foi convocada, nunca o movimento sindical adoptou formas superiores de luta, limitando-se a repetir manifestações sobre manifestações que sendo importantes são insuficientes. Por outro lado a corrente radical largamente minoritária na CGTP-IN tentou também fazer cavalo de batalha da Jornada Nacional de Luta mas desligando-a das reivindicações concretas dos trabalhadores e fazendo propostas iguais e repetitivas de plenário para plenário contribuindo para fornecer argumentos à acção de desmobilização da corrente reformista.





# TRABALHADORES EM LUTA!

## PLESSEY MANTÉM PARALISAÇÕES

Continua em foco o diferendo que desde há 3 semanas levou os trabalhadores da Plessey a recorrer à greve. A administração da empresa não aceita o aumento geral de 1000\$00 agora exigido pelos trabalhadores. Em contrapartida propõe a discussão de aumentos na base dos 800\$00 desde que os trabalhadores aceitem debater a questão do absentismo e os aumentos dos preços da cantina e da produtividade.

Como se vê, a luta dos trabalhadores da Plessey ultrapassa as fronteiras de uma simples reivindicação salarial. Não são 200\$00 que estão em jogo. O que a administração pretende pôr em causa são as conquistas dos trabalhadores e é contra esta política de recuperação capitalista que é necessário cemar fileiras.

## AVIÁRIO DO FREIXIAL: TRÊS SEMANAS EM GREVE

A exigência do cumprimento do princípio de "A Trabalho Igual Salário Igual" e a reintegração de uma trabalhadora que já foi suspensa por defender aquele direito, está na base da greve que os trabalhadores do Aviário do Freixial vem mantendo há três semanas. A empresa, que é uma das maiores produtoras de carne de frango do País, sempre tirou proveito da magreza dos salários com que pagava aos trabalhadores. Todavia, a administração costumava, pelo menos, garantir o princípio de igualdade de salários para trabalho igual. Recentemente, num claro intuito de dividir os trabalhadores, optou pela concessão de aumentos discriminados de 500\$00 e 250\$00. A estas "migalhas da administração" responderam os trabalhadores com a greve logo que souberam da decisão patronal de suspender uma camarada que se batera pelas justas reivindicações.

A entidade patronal revela cada vez mais a sua verdadeira face ao lançar mão da GNR e da Polícia de Choque para fazer entrar na empresa elementos estranhos que substituíram os trabalhadores na apanha de frangos, num claro atropelo à lei da greve.

## SECTOR CERVEJEIRO EXIGE NEGOCIAÇÃO DE C.C.T.

Os trabalhadores do sector cervejeiro poderão recorrer a formas de luta, incluindo a greve, se dentro das próximas duas semanas, os conselhos de gerência da Centralcer e da Unicer ou o Governo não se mostrarem dispostos a negociar o CCT. Este contrato, que já deveria estar praticamente negociado uma vez que a proposta apresentada pelos sindicatos foi entregue há um ano, deparou sempre com a oposição das comissões administrativas e mais recentemente dos conselhos de gerência, após o despacho de reorganização do sector. O governo, esse começou por concordar com a necessidade de dotar o sector com um contrato colectivo mas, posteriormente, nada fez para remover os obstáculos que as gerências entretanto foram levantando.

Não há dúvida que apesar de se tratar de um sector público, as administrações continuam a actuar no pior dos moldes capitalistas.

Sem um documento que regulemente as relações de trabalho elas poderão mesmo fazer o que lhes "apetece", para dividir e reinar sem contestação. Os trabalhadores, no entanto, não vão consentir mais medidas discriminatórias e lutarão pelo CCT. Mesmo os menos conscientes já sentiram que as coisas não vão bem... desde 1974 que não há aumentos gerais. Apesar do aumento do custo de vida, apenas foram feitos "acertos" no sector cervejeiro. Mas mesmo estes "acertos" só tocaram a alguns: enquanto para os quadros técnicos chegaram a atingir 8 mil escudos, aumentos houve que não passaram dos vinte e tal escudos, para já não falar dos trabalhadores que "nada viram..."

## A DECISÃO DOS BISPOS

# QUEM TEM MEDO DA JOC?

Na reunião de 3 e 4 de Abril, a Conferência Episcopal decidiu, o que ao que cremos, acontece pela primeira vez na sua história e raramente tal terá sido declarado ao nível mundial, não reconhecer a JOC - Juventude Operária Católica.

A JOC nasceu na Bélgica vai para meio século, da iniciativa de quatro homens, um padre - Cardijn e 3 leigos - Fernand Tonet, Paul Garcet e Jacques Mirt, operários.

A partir daí irradiou para muitos países do Mundo, tendo sido Portugal um dos primeiros países a recebê-la, já lá vão perto de 40 anos.

Desde o Congresso da Covilhã, realizado na segunda metade da década de 50, a JOC sofreu uma profunda transformação aproximando-se cada vez mais dos problemas mais sentidos pelo povo trabalhador, distinguindo-se os seus membros pelo profundo co-

nhecimento da realidade portuguesa, ao nível local, regional e nacional.

No início da década de 60 a JOC Portuguesa está no máximo da sua força com centenas de secções em todo o país. Muitos foram aqueles, homens e mulheres, que despertaram para a vida sindical e política por intermédio da JOC.

Renovando-se e actualizando-se na prática da dura luta do jovem operariado português, a JOC não deixou de ser influenciada ao longo do tempo pela subida da consciência de classe das massas trabalhadoras após o 25 de Abril de 74, amadurecendo com isso.

Ac não reconhecer a



Distanciando-se progressivamente da linha ultra conservadora da Igreja, veio a JOC a ter sucessivos atritos como Episcopado, especialmente desde o início desta década.

JOC e ao adiar a sua decisão sobre a JAC, JEC e LOC os bispos tomam a mais clara e pública medida repressiva contra uma das partes mais sãs e vivas da própria Igreja.

A política da hierarquia católica é a de procurar, agora recheada dum "paleio democrático", canalizar de novo para os templos os problemas e insatisfações do nosso povo, é uma política de forte suporte ideológico à recuperação capitalista e aos sectores mais reaccionários da burguesia portuguesa.

Os bispos, como forte grupo de pressão que são dentro da igreja, levam o "25 de Novembro" mais longe tentando, também aí, sanear os "esquerdistas" e "marxistas confessos". Que os militantes da JOC queiram reflectir dentro da Igreja a sua experiência de operários explorados é coisa que faz pensar muita gente...

É por isso que, num momento difícil para todos os companheiros de luta que trabalham na JAC, JEC, JOC e LOC, a solidariedade de todos, católicos e não-católicos, têm de ser uma realidade.

## O II CONGRESSO DOS TÊXTEIS

# SALÁRIOS E ORGANIZAÇÃO

Vimos no número anterior as medidas e reivindicações respeitantes à política económica e reconversão do sector que os Trabalhadores Têxteis irão debater no seu Congresso.

## LUTA PELA SUBIDA DOS SALÁRIOS

No que respeita ao 2º tema - condições de vida e de trabalho no sector - assume importância fundamental a questão da luta pelo CCTUV.

Na realidade, a política dos Pacotes, imposta pelo imperialismo através do FMI e fielmente posta em prática pelo Governo PS/CDS, vem-se traduzindo num enorme aumento do custo de vida que se reflecte negativamente sobretudo nos Trabalhadores mais mal pagos como é o caso do sector têxtil, onde o salário mínimo imposto pelo Governo através de Portaria, em Agosto do ano passado, é de 5.300\$00, tendo portanto sido ultrapassado pelo próprio salário mínimo nacional, que é actualmente de 5.700\$00!

E, é bom lembrá-lo, foi a luta desenvolvida através de greves e manifestações em 76/77 pela grande massa dos Trabalhadores Têxteis que, embora sofrendo uma quebra a partir de certa altura, conduziu a

que a Portaria imposta pelo I Governo Constitucional concretizasse um aumento de salários médio de 22%, deitando assim por terra a aplicação do Decreto dos 15% de miséria (49-A/77), que teve de ser parcialmente alterado pelo Governo. Tal só foi possível porque desde sempre os trabalhadores do sector se mostraram inabaláveis em não aceitar a limitação administrativa dos salários.

gerar um processo amplo de unidade dentro do sector.

É também proposto o alargamento às Ilhas do CCTUV, que os Governos central e regional têm impedido discriminatoriamente, bem como a defesa de todos os direitos e regalias já conquistadas.

## REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO

No último tema do Congresso - organização sin-

mente retirando o princípio da unicidade, facilitando assim a vida às forças da cisão).

Questões como a das fusões (que a linha sindical afecta ao PCP tem entravado onde não controla os processos), a da verticalização (que só pode ter êxito fora duma perspectiva burocrática), a da organização nas empresas e da defesa das liberdades sin-



Uma outra questão essencial é a de conduzir os processos de luta contratuais nos principais sectores, numa perspectiva conjugada e global, condição própria ao seu máximo êxito.

No plano concreto, existe uma proposta (aprovada na última Assembleia Geral dos Têxteis do Sul) de iniciar a partir de Setembro a luta por um aumento de 1500\$00 para todos os Trabalhadores do sector, que se afigura na actual situação como susceptível de

dical do sector - focam-se aspectos essenciais para o êxito, avanço e reforço da luta. Na realidade, como se sabe, tem sido este um aspecto onde o Governo mais tem legislado no sentido de enfraquecer o movimento sindical em geral e a organização nos locais de trabalho, quer facilitando e permitindo despedimentos ilegais e repressivos de dirigentes, delegados e activistas, quer através da lei das quotizações ou da modificação da lei sindical (nomeada-

diciais na prática (que os reformistas têm subalterizado, privilegiando o controlo das estruturas), a da formação sindical (que tem sido muito débil, gerando dificuldades no surgimento de novos quadros), são todas elas questões decisivas que as teses da Federação ao Congresso abordam numa perspectiva correcta e revolucionária, podendo e devendo constituir importante instrumento para o trabalho sindical no sector nos próximos 2 anos.



O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO E

# A SUBIDA DO CUSTO DE VIDA

1. O Orçamento Geral do Estado (OGE) prevê o montante e a forma como o governo vai cobrar as Receitas e (impostos na sua maior parte) efectuar as Despesas públicas.

No OGE pode bem ver-se qual a política económica e financeira que um Governo pratica. Normalmente o orçamento tem de ser discutido e aprovado

na Assembleia da República até ao dia 15 de Dezembro do ano anterior a que diz respeito.

Este ano, no entanto este processo arrastou-se até agora de forma pouco clara. Interessa por isso chamar a atenção de todos os trabalhadores portugueses para os seguintes aspectos:

a) O Orçamento foi apresentado na Assembleia da República com um atraso de cerca de três meses e meio.

Quem ganhou e quem perdeu com este atraso? Ou será indiferente para todos?

O Ministro das Finanças e do Plano, Vitor Constâncio, declarou e informou que este atraso implicava um forte aumento das despesas. Quem vai pagar este aumento?

Nas principais receitas do Estado, os impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre o consumo representam 3,2 vezes os impostos sobre os lucros e propriedades. E isto é ainda mais visível pelo facto de o adicional de 10% sobre o Imposto profissional terá efeitos desde o início do ano, enquanto os adicionais sobre os impostos de Capitais, Sucessões e Doações e Mais-valias só têm efeito a partir de Abril, isto é, 4 meses mais tarde! Logo no ano de 1978, grande parte desse aumento proveniente do atraso na

aprovação, será suportado pelos trabalhadores.

b) O segundo aspecto importante foi a forma quase em segredo em que se deu a discussão e votação na Assembleia da República, quando comparada com o "debate aberto" na altura da discussão, em Janeiro, do programa do Governo. Nessa altura ao governo direita PS/CDS interessava acima de tudo fazer promessas e mais promessas, tentando fazer crer ao Povo português que era capaz de resolver os seus problemas.

Este Orçamento é a prova clara da demagogia contida nessas promessas, é a prova de que a política de direita deste Governo PS/CDS é uma política anti-povo destinada a favorecer em todos os aspectos a recuperação capitalista.

c) O terceiro aspecto, não menos importante que os anteriores, é o facto de o Governo querer utilizar o OGE para impôr o "Pacto Social". Assim tentou aparecer como tendo satisfeito algumas das reivindicações

aprovasdas no plenário da CGTP-IN de 4.2.78, como o salário mínimo nacional de 5.700\$00 e a diminuição de vigência das tabelas contratuais para 12 meses, ao mesmo tempo que as põe em causa com as subidas escandalosas dos

2. Este OGE baseia-se assim naquele princípio muito simples que o FMI aconselha: diminuir as despesas sociais e aumentar os impostos cobrados aos trabalhadores para aumentar a eficácia da política económica do Estado ao serviço do capital.

Temos então que ver quem paga mais e quem recebe menos para que o Governo faça o que o FMI manda.

Vejam os primeiros lugares as receitas do Estado em impostos:

— O montante global de impostos vai ser de 125,4 milhões de contos, em comparação com os 91,7 milhões de contos de 1977. O aumento é de 33,7 milhões de contos isto é, de 36,7%!

— Os maiores aumentos são nos impostos indirectos que vão onerar os preços dos bens de consumo

3. Se analisarmos as despesas do Estado, concluímos imediatamente pelo enorme contraste existente entre a subida espectacular das despesas com operações da dívida pública (juros e outros encargos aos credores do Estado, nacionais e estrangeiros) de 14,8 para 28,1 milhões de contos (aumento de 100%) e a estagnação ou diminuição das despesas com educação, serviços ligados à indústria e construção, electricidade, água e luz, transportes e comunica-

ções. Isto traduz-se em que as despesas ligadas à recuperação da economia e ligada à criação de postos de trabalho ou manutenção dos existentes diminuíram 3,6% no conjunto das despesas totais.

Tudo isto é agravado pelo facto de os preços nos bens essenciais se agravam continuamente e o Cabaz das compras não serviu dentro em pouco de mais que simples peça propagandística sem significado real

preços do cabaz de compras e dos produtos e serviços essenciais. O Governo PS/CDS pretende assim impôr o "Pacto Social" tentando amarrar o movimento sindical às medidas de austeridade capitalista.

e, portanto, os orçamentos das classes trabalhadoras — Nos impostos, o maior aumento é o do imposto profissional (13,4 milhões de contos de cobrança prevista, representando em relação aos 8,3 milhões do ano anterior um aumento de 61,5%!).

— Em 1975 o Estado cobrou 45,5 milhões de contos; em 1978 o governo prevê cobrar 125,4 milhões. Em quatro anos, os impostos triplicam!

Além disso se compararmos os impostos sobre os rendimentos do trabalho e os consumos com os impostos sobre os lucros e juros do capital e rendimentos da propriedade imediatamente concluímos que nos últimos anos se tem vincado a tendência para sobrecarregar cada vez mais fortemente os rendimentos do trabalho e os consumos,

nas bolsas mais desfavorecidas (toca hoje menos de 10% dos consumos). O novo Cabaz das Compras merece que nos debruçemos um pouco sobre ele. Representa um aumento médio em relação ao ano de 1977 de 23% dos preços dos produtos neles contidos mas nalguns casos francamente superior em relação aos preços que vigoravam há 14 meses (Fevereiro 77, antes da criação do Cabaz). Vejamos alguns produtos mais significativos:

## os aumentos do cabaz

PRODUTOS	FEV.77	CABAZ 77	CABAZ 78	Aumento	
				Fev.77	Cabaz 78
Pão de 1	12\$00	16\$00	18\$00	50%	
Pão de 2	5\$60	10\$60	13\$20	136%	
Arroz gig. 1	13\$50	13\$50	17\$00	26%	
Arroz gig. 2	12\$60	12\$60	16\$00	27%	
Óleo de soja	31\$50	36\$00	46\$00	46%	
Óleo de giras.					
ou Amendoim	34\$50	40\$00	46\$00	33%	
Marg. Vaqueiro	36\$00	39\$50	52\$00	44%	
Marg. Planta	38\$40	50\$00	66\$20	72%	
Leite Conum	6\$00	6\$00	7\$50	25%	
"Pausteuriz.	6\$50	7\$00	8\$50	31%	
Pescada congelada	67\$50	81\$00	104\$00	54%	
tipo 0	—	30\$00	40\$00	33%	
tipo 2	—	36\$00	47\$00	31%	
tipo 5	60\$00	50\$00	66\$00	10%	
Frango	—	53\$30	70\$00	31%	

Isto torna-se evidente pois se em 1977 o Governo dispendeu em subsídios aos preços dos produtos incluídos no Cabaz, cerca de 11,5 de contos e este ano, quando o aumento geral dos preços foi, oficialmente de 27%, em vez dos esperados 14,6 milhões para que os mesmos produtos manti-

vessem apenas o aumento geral dos preços, o Governo apenas dá 8,5 milhões!

De que servem as promessas totalmente demagógicas do governo que pretende fazer-nos crer que os preços não vão aumentar mais de 20% quando, só com as recentes medidas, o custo de vida ultrapassará esse número só em 4 meses!

## SITUAÇÃO MILITAR

A situação nas Forças Armadas, e o papel que estas desempenham actualmente no processo político, foi nos últimos dias marcada por acontecimentos importantes.

Foram eles o comunicado do Conselho da Revolução de 21 de Abril, os jantares que, comemorando o 25 de Abril, reuniram em vários pontos do país, largas centenas de oficiais dos três ramos das Forças Armadas e o discurso de Eanes no mesmo dia.

O COMUNICADO DO C.R. No seu comunicado, já largamente difundido, o CR, quebrando um longo período de passivo silêncio, começa por dizer que a política do Governo tem criado o descontentamento popular que a direita tenta mobili-

zar em seu proveito e denuncia a escalada reaccionária e o "terrorismo verbal" contra a democracia e a Constituição e a ameaça de golpe de Estado constitucional.

Tenta o CR não tomar uma posição clara acerca da estratégia económica do Governo, dizendo simplesmente que este a "considera adequada" e que ao CR só cabe pronunciar-se sobre a "constitucionalidade das medidas legislativas adoptadas". Não sendo previsível que venha a declarar inconstitucionais essas medidas que considera atingirem "duramente camadas muito largas da população trabalhadora", é fácil concluir, como afirmou o comandante Vitor Crespo no jantar comemorativo do 25 de Abril, que

"o que fundamentalmente este estado de coisas denuncia é que não estamos (nós, o CR) em condições do cabal cumprimento da missão que constitucionalmente nos cabe como garantia das condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo"

### O DISCURSO DE EANES

Com efeito, o CR sendo composto por militares dos quais os que têm alguma coisa a ver com o 25 de Abril foram sendo sucessivamente afastados do comando de tropas, só poderá garantir aquilo que a hierarquia (em última análise, o CEMGFA Eanes) quiser. E o que Eanes quer ficou bem claro no seu recente discurso. Será bem difícil ao CR cumprir o seu papel consagrado na constituição de garante do seu cumprimento e de "fidelidade ao espírito da Revolução de 25 de Abril de 1974" se aceitar como critérios o que Eanes afirmou no seu dis-

curso, nomeadamente a necessidade de "reavaliar" a função do Estado na organização económica, tendo como pressuposto que este assumiu "encargos demasiados extensos" e a necessidade de garantir à iniciativa privada "as condições indispensáveis para que a sua criatividade, capacidade de inovação e investimento sejam plenamente aproveitadas em termos do interesse nacional".

### O JANTAR DOS CAPITÃES DE ABRIL

Os jantares que, comemorando o 25 de Abril, reuniram em vários pontos do País mais de mil oficiais das Forças Armadas, as intervenções neles havidas, o espírito que os animou permitiram ao CR e a Eanes tirar algumas conclusões. Não é com sucessivas cédências que se combate o perigo da direita militar fascista. Não é dando aval à política anti-popular do Governo que se defende o espírito do 25 de Abril e a Constituição.



Não é, por exemplo, mandando ou permitindo que Firmino Miguel com a sua presença em reuniões de cobertura oficial às actividades pouco claras da Associação de Comandos que se controlam tais actividades. Assim como não é com discursos que soam bem à direita que se combatem as provocações de Sá Carneiro e companhia.

Nas Forças Armadas a direita militar fascista combate-se e o 25 de Abril, a democracia e a constituição defendem-se com a unidade

dos militares democratas que nestas sessões comemorativas se mostrou ser possível forjar em torno dos ideais de Abril.

Que o CR mostrou ter aprendido algumas lições são exemplos duas breves citações dos discursos proferidos nessas sessões por dois Conselheiros da Revolução.

Afirmou Vitor Crespo o propósito da escalada de direita: "Isto entre outras razões só pôde verificar-se com um abrandamento da nossa determinação e vigilância e de não nos termos construído como dissuasor eficaz contra esses inimigos do regime".

Vasco Lourenço diria por sua vez dirigindo-se aos militares que o escutavam que o "CR tudo fará para cumprir as suas missões como garante do espírito de Abril e da Constituição, mas recordo também que sozinho, sem a vossa colaboração, sem a certeza do vosso entusiástico e patriótico empenhamento, nada será possível".



ITÁLIA: as posições políticas saídas do congresso da

# «Democracia Proletária»

No último número do "P.P." enquadrámos o Congresso de constituição de "Democracia Proletária" na situação política italiana e na recente crise da esquerda revolucionária.

A construção duma alternativa organizada anti-capitalista de que justamente se reivindica "Democracia Proletária" exigiu um longo debate político e teórico que fosse capaz de analisar e integrar no programa partidário todos os aspectos da situação política italiana. O Congresso foi assim ao mesmo tempo vivo, inovador e contraditório.

Destacamos a seguir os aspectos mais salientes da Moção Política aprovada.

## A SITUAÇÃO POLITICA ITALIANA

A situação política em Itália foi claramente definida por "D.P." como "um momento de repressão e de duro ataque da burguesia não só às condições de vida das massas mas também às próprias liberdades democráticas. Assistimos a uma interligação dos diversos planos da burguesia: no plano económico - o processo de reestruturação no plano institucional - a transformação do Estado na via duma democracia autoritária, no plano social e ideológico - o fortalecimento da frente burguesa capaz de ganhar consenso junto de alguns sectores populares. Tudo isto a co-

berto da aliança DC/PCI". "Mas esta aliança DC-PCI não dá origem a um regime bi-partido: o regime político em Itália é e continuará a ser democrata-cristão. O acordo orgânico entre a DC e o PCI apresenta, assim, uma fraqueza já que a burguesia não visa compartilhar o comando mas sim o reforço do próprio regime democrata-cristão, apoiado na não-oposição do PCI".

"A reorganização burguesa da sociedade tenta utilizar a própria classe operária para pacificar a sociedade, para recuperar a ordem social e económica. O PCI mostra-se convergente com esta acção de entrada à consciência e organização de base das massas,

esforçando-se por integrar a classe operária nos mecanismos institucionais: trata-se de uma grave tentativa de transformar as estruturas operárias e os próprios sindicatos, de instrumentos de luta e de oposição em articulações institucionais".

## A RECOMPOSIÇÃO DO BLOCO SOCIAL ANTI-CAPITALISTA

Claro que, apesar da larga base de consenso parlamentar e social que a aliança DC/PCI representa, ela não deixa de produzir novas contradições e novas instabilidades. A irrupção, no último ano, dos movimentos radicalizados dos jovens, desempregados e mulheres foi profundamente analisada por "Democracia proletária".

Como se manifesta esse processo? "Por um lado numa nova composição de classe e no aparecimento de uma nova figura social de operário, menos ligada à fábrica e mais ao social que é a base material sobre a qual se está desenvolvendo uma nova consciência de classe...

Por outro lado pela difusão de novas formas de organização e comunicação de massa".

"A luta pelo emprego é o principal terreno sobre o qual é possível construir o bloco social anti-capitalista, unindo os operários com o seu trabalho constantemente ameaçado, as mulheres expulsas do processo produtivo e cada vez mais marginalizadas para trabalhos menores, as massas trabalhadoras do sul e os jovens. A palavra-de-ordem - TRABALHAR MENOS, TRABALHAR PARA TODOS - que exprime um processo de transformação profundo da sociedade - uma enorme força crítica contra o actual modo de organização técnica e social do trabalho, pode, desde já, ser articulada com as reivindicações imediatas.

Assim há que "levar por diante uma luta de oposição no interior dos sindicatos que combata a tendência à sua transformação numa articulação do controle capitalista sobre a classe. Não se combate esta tendência abandonando o trabalho sindical ou pensando



## DELEGADOS:

A Assembleia Congressual era composta por 650 delegados eleitos nas Assembleias das Federações Regionais, na base de um delegado por 15 militantes.

## PRINCIPAIS VOTAÇÕES:

O debate produzido permitiria chegar a uma ampla unidade. A moção política foi aprovada com 6 votos contra e 39 abstenções e o Directivo Nacional com 11 contra e 40 abstenções.

## ESTRUTURA DIRIGENTE:

A nova estrutura dirigente - Directivo Nacional - é composta por 47 camaradas, entre os quais - Vittorio Foa, Máximo Goda, Calamida, Luperini, Russo,...

em construir uma nova central... mas sim construindo no seu interior uma linha de sindicalismo de classe que seja a expressão da oposição operária".

## QUE PARTIDO PARA ESTA FASE

Democracia Proletária coloca a questão: Como "construir uma organização revolucionária numa fase não revolucionária e como construir um partido marxista numa fase de crise do marxismo?"

A resposta dada pelo Congresso não nos pareceu totalmente clarificadora a este respeito já que os aspectos organizativos só

mais tarde serão definidos. "Da exigência de democracia interna, da própria opção de tender a ser partido operário e partido do bloco social anti-capitalista leva à rejeição do partido construído a partir da cúpula, do partido-instituição... do partido de opinião".

"Queremos pelo contrário construir um partido por um longo processo histórico o qual seja capaz de preparar um combate de longa duração no qual é necessário saber ligar a capacidade de mobilização imediata com a sua penetração a todos os níveis da sociedade".

## NO SAHARA COM A FRENTE POLISARIO

# a luta é garantida pelas massas

A Frente Polisário tem actualmente em seu poder cerca de 1200 prisioneiros, e o número de baixas que causou ao inimigo é muito elevado.

De norte a sul do território, regiões antes consideradas pelo inimigo como pontos estratégicos seguros são hoje alvo de constantes ataques por parte dos combatentes Saharauis.

Operações de grande importância militar têm lugar não só em território saharauí mas também em regiões do sul de Marrocos e Mauritânia.

## ORGANIZAÇÃO E VIDA NOS ACAMPAMENTOS

Tendo-se primeiramente concentrado nas zonas de Dreija, Guelta-Zemmour, Anala e Tifariti, após terem sido por diversas vezes atacados por aviões bombardeiros, os acampamentos foram deslocados para zonas mais seguras junto da fronteira com a Argélia.

Lutando com uma coragem e determinação invulgar, o Povo Saharaui conseguiu assegurar a sua sobrevivência e forjar a sua organização social e política na base duma ampla participação das massas, a todos os níveis, o que constitui o pilar fundamental do trabalho desenvolvido pela Frente Polisário.

Com o 3º Congresso Popular Nacional, o qual foi preparado através do lançamento duma grande campanha de discussão política e informação das massas, foi possível que o Congresso reforçasse as estruturas administrativas e políticas, e representasse um saldo qualitativo muito importante no que respeita à organização dos acampamentos, através da participação de todos os habitantes, lançando assim as bases duma sociedade nova.

Existem presentemente cerca de 25 acampamentos subdivididos por três grandes regiões administrativas a que se dá o nome de wilayas.

O número de habitantes nesses acampamentos é actualmente de cerca de 120 mil.

Nos acampamentos, todo o indivíduo está duplamente enquadrado. Assim, a partir dos 14 anos, faz parte duma célula, constituída por 11 elementos, e que tem como tarefa principal

o trabalho de formação política.

Por outro lado, cada elemento da célula está integrado num Comité Popular do acampamento: Comité de Saúde, do Ensino, artesanato, transportes, segurança, formação política, etc.

Existente ainda um Conselho Popular de Responsáveis que vela pelo bom funcionamento do campo.

Mensalmente, realizam-se ao nível dos vários acampamentos, plenários onde se faz o balanço do trabalho realizado, dos problemas resolvidos e por resolver e se perspectiva o trabalho futuro.

Por outro lado, todos os 8 meses realizam-se os Congressos Populares de Bases, a nível de wilaya, onde além de se discutirem os problemas que afectam os vários acampamentos, se elegem os responsáveis para as várias frentes de trabalho.

A mulher Saharaui luta activamente pela libertação da sua terra tanto de armas na mão, na frente de combate, como na retaguarda organizando as massas e solidificando a resistência necessária a uma guerra necessariamente prolongada mas de cuja vitória o povo saharauí não tem dúvidas.



## CRONOLOGIA (breve)

- 1884 - Colonização Espanhola
- 1934 - Dominação e controle militar
- 1956 - Criação do Exército de Libertação Nacional
- 1959 - Operação "Ecoubillon" pela França e Espanha
- 1968 - Criação do Movimento de Libertação Saharaui
- 1970 - 17 de Junho: Manifestação popular e pacífica em El Ayun. Dispersa a tiros pela Legião espanhola: 40 mortos, centenas de feridos e milhares de prisões. Desaparição do dirigente Ibrahim Basiri.
- 1973 - 10 de Maio: Criação da Frente Polisário (Frente de Libertação de Saguat El-Hanoa e Rio do Ouro).
- 1973 - 20 de Maio: Início da luta armada, operação de Janga.
- 1975 - 12 de Outubro: União Nacional
- 1975 - 31 de Outubro: Invasão militar marroquina, mauritana.
- 1975 - 14 de Novembro: Acordo Tripartido de Madrid; venda do Sahara pela Espanha, a Marrocos e à Mauritânia.
- 1975 - 28 de Novembro: Declaração de Guelta: auto-dissolução da Yemaa.
- 1976 - 26 de Fevereiro: retirada da Espanha
- 1976 - 27 de Fevereiro: Proclamação da República Árabe Saharaui Democrática
- 1976 - 9 de Junho: cai Martir El Vali Mustoya Sayed, Secretário Geral da Frente Polisário, no decorrer do primeiro ataque a Nouagchott, capital da Mauritânia.
- 1976 - De 25 a 30 de Agosto: III Congresso Nacional Popular da Frente Polisário, em território libertado.
- 1977 - 3 de Julho: ataque à capital da Mauritânia, Nouagchott.
- 1977 - 14 de Dezembro: Intervenção militar massiva e directa da aviação francesa.

## REPUBLICA ÁRABE SAHARAUI DEMOCRÁTICA

Limites: a Norte por Marrocos, Noroeste pela Argélia e Sul pela Mauritânia, Oeste pelo Oceano Atlântico.

Superfície: 284.000Km

População: mais de 750.000 habitantes

Capital: Ayun

Riquezas: Fosfatos, pescas, petróleo, ferro, gás natural urânio e outras.

